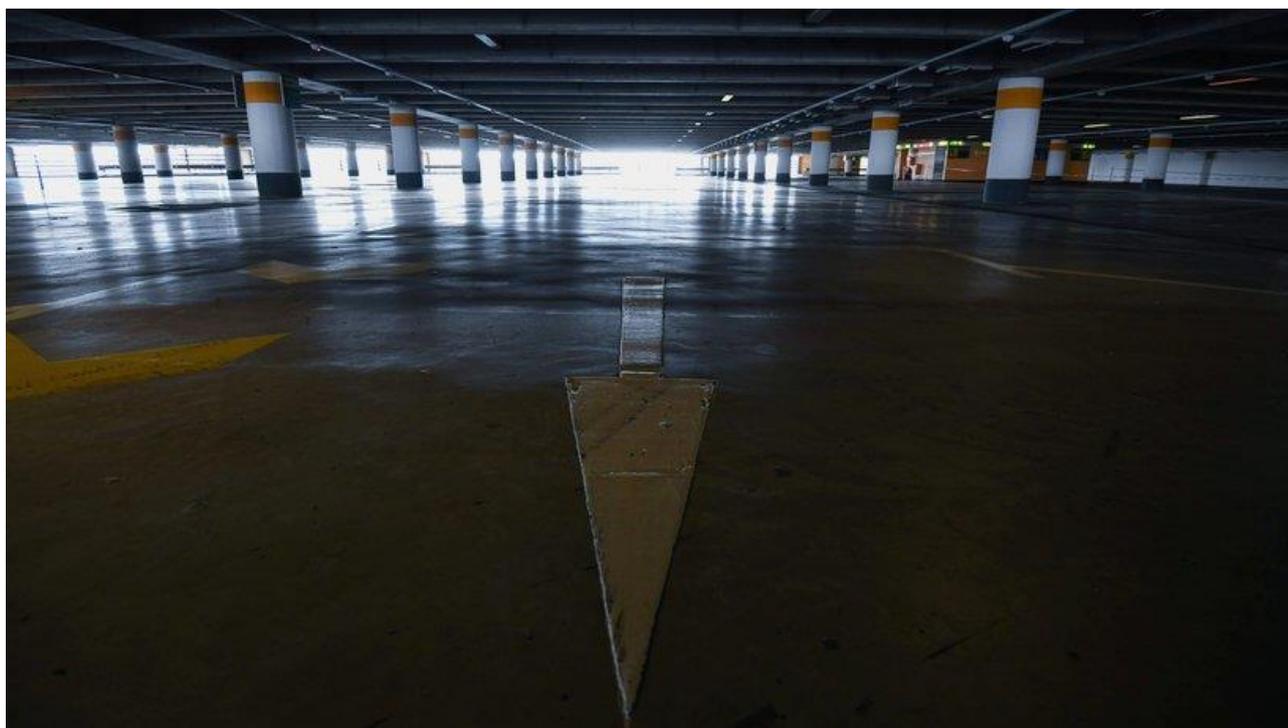


Menos trabalho, menos consumo

As restrições de contacto social poderão estar aí para durar, e a economia sofrerá por muito tempo. Só poderemos superar a crise se nos conseguirmos equilibrar num nível muito baixo.

Um artigo de opinião de **Steffen Lange** e **Tilman Santarius**

2 de Abril de 2020, 18h28m



Parque de estacionamento vazio no aeroporto de Düsseldorf © Ina Fassbender/Getty Images

Tilman Santarius é cientista social e professor na Universidade Técnica de Berlim, bem como no Einstein Center Digital Future. Steffen Lange é economista no Institut für ökologische Wirtschaftsforschung. Neste artigo, descrevem como poderá ser a economia depois da pandemia do coronavírus.

Vivemos uma absoluta novidade: pela primeira vez na história das economias de mercado de modelo democrático, os governos decidiram conscientemente colocar a economia numa espécie de estado vegetativo. Ninguém sabe quanto tempo durará este estado provocado pela pandemia do coronavírus. Segundo um estudo da equipa que estuda o Covid-19 no Imperial College London, será necessária uma série de medidas políticas recorrentes de restrição do contacto social pelo menos até ao final de 2021 para proteger os sistemas de saúde do colapso e salvar o máximo de vidas possível. Mas que significa tudo isto para o nosso sistema económico?

Os custos económicos de um tal cenário de crise só dificilmente podem ser estimados. Um estudo actual do ifo Institut für Wirtschaftsforschung calcula para a Alemanha: três meses de restrições de contacto social conduzem a um recuo de 15 a 20 pontos percentuais do produto interno bruto aplicado ao ano inteiro. Se este tipo de medidas for recorrentemente aplicado ao longo de um período prolongado, as consequências serão significativamente superiores. O resultado seria uma conjuntura fortemente flutuante em torno de um nível global de desempenho económico claramente mais baixo.

Novo equilíbrio num nível mais baixo

Para resolver esta pesada crise, as medidas político-económicas conhecidas não serão suficientes. Porque, realmente, a situação não é comparável à da crise financeira global depois de 2007, em que os créditos favoráveis dos bancos centrais criaram liquidez num relativo curto prazo e pacotes conjunturais puderam alavancar a economia. É verdade que, agora, os fundos de apoio e as garantias de liquidez também fazem sentido. Contudo, a longo prazo, estas medidas não resolverão os problemas económicos. Temos de considerar que a produção e o consumo não estão em pousio devido a alguma desfuncionalidade do mercado, mas sim a restrições de contacto social. Quem irá então converter os dinheiros públicos dos pacotes conjunturais em fábricas, estaleiros e consumo se ninguém sair de casa?

A crise do coronavírus exige assim medidas estruturais para que a economia se mantenha funcional num nível do produto interno bruto globalmente reduzido, na medida do possível independente das oscilações da oferta e da procura. Só com medidas estruturais poderemos garantir a toda a população postos de trabalho, rendimentos e um aprovisionamento estável numa conjuntura flutuante sem crescimento económico contínuo.

Mas a boa notícia é a seguinte: do ponto de vista político-económico, uma economia consegue ser estável e funcional mesmo num nível de produção baixo e sem crescimento. É verdade que, devido às restrições ao contacto social, assistimos a uma redução da produção e das receitas das empresas e que, por sua vez, as pessoas também ganham menos. Contudo, em média, também precisam de menos dinheiro, já que consomem menos. Trata-se de encontrar um novo equilíbrio num nível mais baixo.

Relacionada com isto, a necessidade de trabalhadores pelas empresas também será menor e o desemprego aumentará. Também aqui se deverá procurar encontrar um novo equilíbrio. Muitas empresas estão a colocar os seus trabalhadores no regime de horário reduzido, mas isso só será sustentável por um período limitado. Este processo implica uma redução da quantidade de trabalho prestado em toda a economia que poderia ser convertido numa redução global do horário de trabalho, no sentido de se definir que o horário completo será mais curto. Neste caso, por exemplo, uma semana de 32 ou 24 horas substituiria o actual horário de trabalho completo de cerca de 40 horas por semana. Esta configuração poderia dar espaço a uma distribuição dos horários que fosse flexível para a empresa e para os trabalhadores, pelo que, periodicamente, cada um poderia trabalhar alternadamente mais ou menos horas.

Taxa de juro máxima mais alta de 70 ou 80 %

Deparamos simultaneamente com o problema de que as consequências sociais serão distribuídas de forma muito heterogénea. É verdade que todas as pessoas consomem menos devido às restrições de contacto social, mas apenas uma parte das pessoas se vê confrontada com a realidade de ter menos trabalho ou, muito em breve, não ter trabalho nenhum e não ganhar nada. Em vez de ficarmos à espera de que os pacotes conjunturais ajudem a recuperar o salário e o trabalho de todos, muito mais do que antes se exige do Estado que se assuma como instância de redistribuição e de garantia da existência de cada um. Os programas aprovados recentemente pelo Parlamento Federal vão já no sentido de subsidiar directamente as pequenas empresas e facilitar o acesso às prestações sociais.

Estas medidas têm de ser consideravelmente ampliadas. Não queremos chegar a um ponto em que, daqui a um ano, uma parte significativa da população esteja dependente de um subsídio de desemprego de categoria Hartz IV — nesse caso seria pouco útil a renúncia à averiguação de recursos económicos. A crise do coronavírus exige que seja implementado, agora, um rendimento base que permita a protecção social, a subsistência das (pequenas) empresas e a actividade autónoma, independentemente das oscilações de conjuntura causadas pela crise. Este rendimento não deverá aplicar-se apenas no plano das actuais garantias de subsistência, como as de categoria Hartz IV, e da pensão mínima e os pagamentos deveriam estar sujeitos ao mínimo de burocracia possível.

O financiamento de um rendimento base pode assentar na enorme solidariedade que vigora actualmente entre a população. As receitas poderiam ser alcançadas através de um imposto de solidariedade aplicado a quem mais ganha e a quem tem mais património, por exemplo, mediante uma taxa de juro máxima mais alta de 70 ou 80 por cento e uma tributação progressiva do património.

É preciso ainda muito mais coragem

Além do consumo, do rendimento e do trabalho, é preciso garantir também a estabilidade dos sistemas de segurança social — e, na crise do coronavírus, muito especialmente o financiamento do sistema nacional de saúde. Até agora, as crescentes despesas com o sistema nacional de saúde foram financiadas, numa economia em crescimento, pelo aumento das contribuições sociais. Agora, contudo, os custos com o sistema de saúde irão crescer fortemente e, ao mesmo tempo, o agravamento do desempenho da economia irá conduzir a uma redução das contribuições sociais. É previsível — e numa sociedade envelhecida, mesmo que não houvesse crise do coronavírus — que venha a ser necessário, não apenas mais material, mas também mais pessoal, nomeadamente médicos e enfermeiros.

Para financiar tudo isto, a crise do coronavírus deverá ser usada como o catalisador de uma concertação entre os sistemas de seguros de saúde privados e os obrigatórios. As caixas encaixariam mais e, ao mesmo tempo, as prestações a pagar pelos segurados também desceriam. Além do mais, deveriam ser criados programas de requalificação para que as pessoas que já não encontrem emprego noutras áreas possam, a médio prazo, ser integradas no sector da saúde. Para o conseguir, são necessários o aumento dos salários e recursos financeiros suficientes para aumentar o pessoal, a fim de alcançar uma valorização do sector dos cuidados e da saúde em geral.

Nas últimas semanas, a política e a sociedade demonstraram uma coragem sem igual ao enfrentar um perigo colectivo com medidas sustentadas e tomadas em conjunto. É contudo precisa ainda muito mais coragem. Do ponto de vista político, a pandemia exige uma superação da mentalidade neoclássica e keynesiana para também conseguir ultrapassar as consequências socioeconómicas da crise. Se se revelar necessário aplicar medidas políticas de restrição do contacto social durante um período prolongado, será preciso anunciar uma transformação da actual economia de conjuntura e dependente do crescimento em direcção a uma economia sustentável e resistente a crises, uma economia de resiliência.

Pura Communications – Tradutora: Ana Pinto Mendes

Artigo original: <https://www.zeit.de/wirtschaft/2020-04/corona-volkswirtschaft-resilienz-beschaeftigung-grundeinkommen>